COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

CNPJ Nº 08.976.022/0001-01
NIRE Nº 42 3 0003519-0
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2018. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 05.07.2007 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a CEE detém uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado em 5.11.2002, para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito ("UHE Estreito" ou "Usina").

Os demais consorciados do Ceste são: Vale S.A. (30,00%), Estreito Energia S.A. (25,49%) - empresa do Grupo Alcoa -, e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A liderança do consórcio é exercida pela CEE.

A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), e tem capacidade instalada de 1.087 MW e energia assegurada de 641,1 MW médios.

A concessão da UHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas na proporção de suas respectivas participações no consórcio.

A parcela de energia que a CEE faz jus por sua participação no Ceste, correspondente a 256,9 MW médios, foi vendida em outubro de 2007 no 5º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, iniciado em janeiro de 2012, para empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

2. Controle Acionário

A CEE é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE), um grande provedor de soluções em energia sediado em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país.

3. Desempenho Operacional

Em 2018, a geração total bruta da UHE Estreito foi de 3.649,0 GWh, 8,3% superior aos 3.368,4 GWh gerados em 2017.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 99,6%, 0,2 p.p. abaixo do obtido no ano de 2017, que foi de 99,8%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 201 foi de 98,2%, 1,2 p.p acima do registrado em 2017, de 97,0%.

4. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2018	2017	Variação %
Receita líquida de vendas	543.622	479.169	13,5%
Lucro bruto	312.979	247.732	26,3%
Margem bruta	57,6%	51,7%	5,9 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	312.378	246.888	26,5%
Ebitda (Lajida)	412.779	347.088	18,9%
Margem Ebitda (Lajida)	75,9%	72,4%	3,5 p.p.
Resultado financeiro	(84.284)	(83.772)	0,6%
Lucro líquido do exercício	190.623	135.154	41,0%

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento da receita líquida de vendas reflete, principalmente, o reajuste do preço de venda pela inflação do período e o aumento da receita nas operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

No decorrer de 2018, a Companhia firmou contratos de compra de energia de curto prazo com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A., com o propósito de gerenciamento de seu portfólio de energia. O aumento decorrente destas operações, em conjunto com o aumento dos encargos de uso da rede elétrica e conexão, foi compensado pela redução das compras no mercado de curto prazo.

A elevação do EBITDA do ano de 2018 foi reflexo, principalmente, do crescimento da receita e na redução dos custos com transações no mercado de energia de curto prazo, parcialmente atenuada pelo aumento dos custos da energia elétrica comprada para revenda.

5. Recursos Humanos

Ao final de 2018, o Ceste contava com 27 empregados, um a menos que o número registrado ao final de 2017. A CEE não tem quadro de empregados.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2018.

7. Agradecimentos

A Administração da CEE agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2018.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	171.176	160.023
Contas a receber de clientes	5	115.970	66.470
Depósitos vinculados	6	2.474	2.350
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	7	2.073	2.073
Outros ativos circulantes		7.194	13.383
		298.887	**244.299**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	56.165	60.244
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	7	27.471	29.544
Outros ativos não circulantes		103	87
		83.739	**89.875**
Imobilizado	8	**1.894.194**	**1.988.761**
Intangível	9	**32.407**	**34.254**
		2.010.340	**2.112.890**
TOTAL		**2.309.227**	**2.357.189**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	7.561	11.260
Financiamentos	12	95.493	98.431
Dividendos	17	-	25.204
Concessão a pagar	13	5.880	5.684
Imposto de renda e contribuição social a pagar		12.553	1.279
Provisões para compromissos socioambientais	14	5.146	5.014
Outros passivos circulantes		10.001	8.530
		136.634	**155.402**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	6.240	5.522
Financiamentos	12	900.906	986.478
Concessão a pagar	13	48.199	47.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	76.592	64.673
Provisões para compromissos socioambientais	14	15.150	18.720
Outros passivos não circulantes		13.898	12.192
		1.060.985	**1.134.906**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital social		920.380	920.380
Reservas de lucros		191.228	146.501
		1.111.608	**1.066.881**
TOTAL		**2.309.227**	**2.357.189**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**18**	**543.622**	**479.169**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(47.482)	(15.040)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(8.816)	(42.693)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(40.143)	(38.874)
Serviços de terceiros		(19.401)	(20.218)
Depreciação e amortização	8/9	(100.401)	(100.200)
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(7.602)	(6.731)
Outros		(6.798)	(7.681)
		(230.643)	**(231.437)**
LUCRO BRUTO		**312.979**	**247.732**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(189)	(227)
Despesas gerais e administrativas		(416)	(672)
Outras receitas operacionais, líquidas		4	55
		(601)	**(844)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**312.378**	**246.888**
Resultado financeiro	**19**		
Receitas financeiras		14.999	26.930
Despesas financeiras		(99.283)	(110.702)
		(84.284)	**(83.772)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**228.094**	**163.116**
Imposto de renda e contribuição social	**20**		
Corrente		(25.552)	(16.517)
Diferido		(11.919)	(11.445)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**190.623**	**135.154**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**190.623**	**135.154**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**190.623**	**135.154**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2016		**920.380**	**11.947**	**-**	**168.453**	**-**	**1.100.780**
Dividendos intermediários		-	-	-	(143.849)	-	(143.849)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	135.154	135.154
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	6.758	-	-	(6.758)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	27.580	-	(27.580)	-
- Dividendos		-	-	-	-	(25.204)	(25.204)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	75.612	(75.612)	-
Saldos em 31.12.2017	**16**	**920.380**	**18.705**	**27.580**	**100.216**	**-**	**1.066.881**
Dividendos intermediários	17	-	-	-	(100.216)	-	(100.216)
Dividendos intercalares	17	-	-	-	-	(45.680)	(45.680)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	190.623	190.623
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	9.530	-	-	(9.530)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	39.867	-	(39.867)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	95.546	(95.546)	-
Saldos em 31.12.2018	**16**	**920.380**	**28.235**	**67.447**	**95.546**	**-**	**1.111.608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	228.094	163.116
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	100.401	100.200
Variação monetária	9.236	13.649
Juros	83.412	90.443
Outros	(28)	1.284
Lucro antes dos tributos ajustado	**421.115**	**368.692**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(46.965)	14.316
Depósitos vinculados	(721)	(2.299)
Repactuação de risco hidrológico a aproriar	2.073	2.073
Outros ativos	2.794	(9.111)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(2.979)	(4.247)
Outros passivos	3.653	5.633
Caixa gerado pelas operações	**378.970**	**375.057**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(85.014)	(91.601)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(10.936)	(29.979)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**283.020**	**253.477**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(7.425)	(7.792)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(7.425)**	**(7.792)**
Atividades de financiamento		
Financiamentos pagos	(94.912)	(96.952)
Parcelas de concessão pagas	(6.156)	(5.959)
Dividendos pagos	(171.100)	(200.001)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	7.726	6.866
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(264.442)**	**(296.046)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.153**	**(50.361)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	160.023	210.384
Saldo final	171.176	160.023
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**11.153**	**(50.361)**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Estimativa para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	(3.438)	(4.622)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(3.873)	(2.466)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

Constituída em 05.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia ("Ceste") na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) - empresa do Grupo Alcoa - e a Intercement Brasil S.A. - entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW[1], sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão é de 35 anos, sendo seu vencimento em 26.11.2037. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

Os administradores da CEE renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

[1]As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outras, não são examinadas pelos auditores independentes.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. A principal estimativa utilizada pela Companhia que afeta suas demonstrações contábeis é a vida útil do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 26.04.2019.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalente de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Concessão a pagar

Corresponde a obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usina hidrelétrica. É registrada inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 8 – Imobilizado.

c) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no concessão.

d) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

j.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

j.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

k) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não sendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à vida útil do ativo imobilizado.

m) Novas normas, alterações e interpretações

As principais normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e replicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir de 01.01.2018, são as seguintes:

m.1) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

Esse pronunciamento substitui o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas, e estabelece um novo modelo de reconhecimento e mensuração das receitas de contratos com clientes.

Em conformidade com o previsto na norma, a Companhia adotou o método retrospectivo para fins de análise, mensuração e reconhecimento dos efeitos de sua aplicação. Como resultado das análises realizadas, não foram identificadas diferenças entre as práticas no que concerne ao reconhecimento e mensuração das receitas da Companhia, motivo pelo qual não houve a necessidade de se fazer qualquer reapresentação das informações contábeis comparativas.

m.2) CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Essa norma substitui o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (IAS 39) e estabelece novos requerimentos para : (i) a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*impairment)* de ativos financeiros; (iii) a contabilidade de *hedge;* e (iv) a divulgação das informações.

A adoção do novo pronunciamento não gerou qualquer impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, tampouco na avaliação de *impairment* dos ativos financeiros da Sociedade.

m.3) Interpretações, alterações e revisões de normas

Os seguintes pronunciamentos, vigentes a partir de 01.01.2018, não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Sociedade em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência.

- ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento (IFRIC 22);

- Alterações no CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (IFRS 2);

- Alterações no CPC 11 – Contratos de seguro (IFRS 4);

- Alterações no CPC 28 – Propriedades para investimento (IAS 40);

- Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); e

- Revisão anual do CPC n° 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

n) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2019

A partir de 01.01.2019, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19) – Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa; (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação inicial sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e, não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. A Companhia não possui contratos que estejam enquadrados no escopo da nova norma de arrendamento mercantil.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.686**	**2.307**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	169.490	157.716
	171.176	**160.023**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2018 e de 2017 foi de cerca de 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Distribuidoras	62.584	58.956
Transações realizadas na CCEE[2]	53.403	7.531
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(17)	(17)
	115.970	**66.470**

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto que o prazo dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente 45 dias.

Em 31.12.2018, os saldos vencidos há mais de 30 dias totalizam R$ 4.

[2] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

NOTA 6 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2018	31.12.2017
Garantias de posição devedora na CCEE	2.474	2.350
Ativo circulante	**2.474**	**2.350**
Garantias de financiamento	49.924	54.722
Outros	6.241	5.522
Ativo não circulante	**56.165**	**60.244**
	58.640	**62.594**

As garantias de financiamento referem-se, principalmente, ao valor aplicado em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 7 – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

a) Mutação

Saldos em 31.12.2016	**33.690**
Amortização do prêmio de risco	(2.073)
Saldos em 31.12.2017	**31.617**
Amortização do prêmio de risco	(2.073)
Saldos em 31.12.2018	**29.544**

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF).

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os "prêmios de risco" devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

b) Perfil de realização da repactuação de risco hidrológico

Ano	Valor
2019	2.073
2020	2.073
2021	2.073
2022	2.073
2023	2.073
2024 a 2028	10.366
2029 em diante	8.813
	29.544

NOTA 8 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2018			31.12.2017
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,8%	1.679.304	(443.817)	1.235.487	1.298.927
Edificações e benfeitorias	3,8%	32.661	(8.459)	24.202	25.391
Máquinas e equipamentos	4,0%	850.258	(221.034)	629.224	661.891
Móveis e utensílios	6,2%	213	(43)	170	177
Veículos	14,3%	471	(308)	163	231
		2.562.907	**(673.661)**	**1.889.246**	**1.986.617**
Em curso		**4.948**	**-**	**4.948**	**2.144**
		2.567.855	**(673.661)**	**1.894.194**	**1.988.761**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2018 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação

	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2016	**1.360.671**	**26.624**	**692.480**	**468**	**3.772**	**2.084.015**
Ingressos	-	-	-	-	3.142	3.142
Transferências	1.918	-	2.831	21	(4.770)	-
Baixas	-	-	(27)	-	-	(27)
Depreciação	(63.662)	(1.233)	(33.393)	(81)	-	(98.369)
Saldos em 31.12.2017	**1.298.927**	**25.391**	**661.891**	**408**	**2.144**	**1.988.761**
Ingressos	-	-	-	-	3.964	3.964
Transferências	202	45	908	5	(1.160)	-
Depreciação	(63.642)	(1.234)	(33.575)	(80)	-	(98.531)
Saldos em 31.12.2018	**1.235.487**	**24.202**	**629.224**	**333**	**4.948**	**1.894.194**

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei n° 8.987/95 e do Decreto n° 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2018 e em 31.12.2017.

d) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Estreito, do qual a Companhia faz parte, é detentor da concessão para exploração de energia elétrica da UHE Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 26.11.2002.

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 9 – INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2018			31.12.2017
	Taxa média de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de concessão	4,1	43.129	(12.063)	31.066	32.857
Direito de uso de servidão	3,9	24.649	(23.308)	1.341	1.397
		67.778	**(35.371)**	**32.407**	**34.254**

b) Mutação

Saldos em 31.12.2016	**36.057**
Ingresso	28
Amortização	(1.831)
Saldos em 31.12.2017	**34.254**
Ingresso	23
Amortização	(1.870)
Saldos em 31.12.2018	**32.407**

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2018, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 10 – FORNECEDORES

	31.12.2018	31.12.2017
Encargos de uso da rede elétrica	3.858	3.773
Fornecedores de materiais e serviços	9.943	9.148
Energia elétrica comprada para revenda	-	3.861
	13.801	**16.782**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	7.561	11.260
Passivo não circulante	6.240	5.522
	13.801	**16.782**

NOTA 11 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP e do IPCA, em decorrência dos saldos totais de financiamentos, no montante de R$ 996.399, em 31.12.2018, e concessão a pagar, cujo saldo em 31.12.2018 é de R$ 54.079, respectivamente.

De acordo com a análise de sensibilidade preparada pela Companhia, para cada 0,3 p.p. de aumento na TJLP e no IPCA, os juros sobre os financiamentos e a variação monetária sobre a concessão a pagar seriam elevados em R$ 2.432 e R$ 134, respectivamente.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora ENGIE Brasil Energia realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

Ainda com o objetivo de reduzir este risco, em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no ACR. Para maiores informações, vide Nota 7 – Repactuação de risco hidrológico a apropriar.

A garantia física da Usina é de 641,1 MW médios, sendo 256,9 MW médios pertencentes à CEE. No acordo retromencionado foram repactuados 247,1 MW médios, dos quais 224,9 MW médios (91%) estão protegidos do risco hidrológico.

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	56.793	536.668	593.461	59.665	587.644	647.309
Repasse BNDES[3]	38.700	364.238	402.938	38.766	398.834	437.600
	95.493	**900.906**	**996.399**	**98.431**	**986.478**	**1.084.909**

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2016	**100.509**	**1.069.519**	**1.170.028**
Transferências	94.113	(94.113)	-
Juros	91.286	-	91.286
Variações monetárias	1.076	11.072	12.148
Amortização do principal	(96.952)	-	(96.952)
Amortização dos juros	(91.601)	-	(91.601)
Saldos em 31.12.2017	**98.431**	**986.478**	**1.084.909**
Transferências	92.063	(92.063)	-
Juros	84.260	-	84.260
Variações monetárias	665	6.491	7.156
Amortização do principal	(94.912)	-	(94.912)
Amortização dos juros	(85.014)	-	(85.014)
Saldos em 31.12.2018	**95.493**	**900.906**	**996.399**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2020	92.401
2021	92.401
2022	92.401
2023	92.401
2024	92.401
2025 a 2030	438.901
	900.906

e) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldos em 31.12.2018
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. [(a)]	09.2029	Mensais	593.461
Bancos (Repasse BNDES)	TJLP + 2,95% a.a. [(a)]	09.2029	Mensais	402.938

[(a)] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[3] Os bancos – Repasse BNDES – são Itaú, Banco Bradesco e Banco Votorantim.

e) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (i) penhor de direitos emergentes da concessão; (ii) penhor das ações da Companhia; (iii) conta reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do contrato de operação e manutenção do projeto; (iv) carta de fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia; e (v) o penhor dos dividendos a serem pagos pela ENGIE Brasil Energia à ENGIE Brasil Participações Ltda.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

O compromisso estabelecido no contrato de financiamento com o BNDES corresponde ao Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2, o qual está sendo cumprido.

NOTA 13 – CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

a) Composição e mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2016	**5.501**	**46.909**	**52.410**
Juros no resultado	-	5.053	5.053
Variações monetárias no resultado	-	1.501	1.501
Transferências	6.142	(6.142)	-
Amortizações	(5.959)	-	(5.959)
Saldos em 31.12.2017	**5.684**	**47.321**	**53.005**
Juros no resultado	-	5.150	5.150
Variações monetárias no resultado	-	2.080	2.080
Transferências	6.352	(6.352)	-
Amortizações	(6.156)	-	(6.156)
Saldos em 31.12.2018	**5.880**	**48.199**	**54.079**

b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2018, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Até 31.12.2037	1.960	37.408	6.168	117.522

c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2020	5.335
2021	4.850
2022	4.410
2023	4.008
2024	3.643
2025 a 2029	13.808
2030 a 2034	8.572
2035 a 2038	3.573
	48.199

NOTA 14 – PROVISÕES PARA COMPROMISSOS AMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo das provisões em 31.12.2018 é de R$ 20.296 (R$ 23.734 em 31.12.2017).

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2018				31.12.2017
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	227.896	56.974	20.511	77.485	65.575
Ativo:					
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	2.608	652	235	887	896
Outros	17	4	2	6	6
		656	**237**	**893**	**902**
Valor líquido		**56.318**	**20.274**	**76.592**	**64.673**

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	Passivo
2020	215	-
2021	661	-
2022	17	-
2024 a 2026	-	9.571
2027 a 2029	-	22.638
2030 a 2032	-	22.638
2033 em diante	-	22.638
	893	**77.485**

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2018 e 31.12.2017, é de R$ 920.380, representado por 920.380.416 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 920.380.411 pertencentes à ENGIE Brasil Energia e 5 de propriedade da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Reserva legal	28.235	18.705
Reserva de incentivos fiscais	67.447	27.580
Reserva de retenção de lucros	95.546	100.216
	191.228	**146.501**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

b.3) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2018, o valor de R$ 95.546 (R$ 75.612 em 31.12.2017) foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

NOTA 17 – DIVIDENDOS

Em 12.06.2018, o BNDES anuiu a distribuição de dividendos até o limite de R$ 171.100, já incluído o valor do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2017. Desta forma, a Companhia destinou dividendos intercalares, os quais foram aprovados em reuniões datadas de 30.06.2018 , 31.07.2018 e 31.10.2018, nos montantes de R$ 24.622, R$ 11.457 e R$ 9.601, respectivamente. O montante total distribuído, de R$ 45.680, corresponde a 32,3% do lucro líquido ajustado para fins de dividendos e é superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade. Por este motivo, não foi destinado valor para constituição deste dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, em 30.04.2018, foram aprovados dividendos intermediários no montante de R$ 100.216. Os dividendos destinados foram pagos no decorrer de 2018.

b) Mutação de dividendos a pagar

Saldos em 31.12.2016	**56.152**
Dividendos mínimos obrigatórios	25.204
Dividendos intermediários aprovados no exercício	143.849
Dividendos pagos no exercício	(200.001)
Saldos em 31.12.2017	**25.204**
Dividendos intercalares	45.680
Dividendos intermediários aprovados no exercício	100.216
Dividendos pagos no exercício corrente	(171.100)
Saldos em 31.12.2018	**-**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício. No entanto, em decorrência do financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido ajustado sem autorização do BNDES. Essa obrigação será válida até a quitação integral do financiamento.

NOTA 18 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	547.124	500.337
Transações no mercado de curto prazo	55.652	31.305
	602.776	**531.642**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(55.547)	(49.173)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.607)	(3.300)
	(59.154)	**(52.473)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**543.622**	**479.169**

NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.869	20.988
Juros sobre valores a receber	3.012	882
Renda de depósitos vinculados	3.066	5.040
Outras receitas financeiras	52	20
	14.999	**26.930**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária		
Financiamentos	91.416	103.434
Concessão a pagar	7.230	6.554
Outros	80	26
Outras despesas financeiras	557	688
	99.283	**110.702**
Despesas financeiras, líquidas	**84.284**	**83.772**

NOTA 20 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**228.094**	**228.094**	**163.116**	**163.116**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(57.024)**	**(20.528)**	**(40.779)**	**(14.680)**
Diferenças permanentes				
Incentivos fiscais	39.867	-	27.580	-
Outros	216	(2)	(55)	(28)
	(16.941)	**(20.530)**	**(13.254)**	**(14.708)**
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(8.177)	(17.375)	(4.838)	(11.679)
Diferido	(8.764)	(3.155)	(8.416)	(3.029)
	(16.941)	**(20.530)**	**(13.254)**	**(14.708)**

NOTA 21 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 5° Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2007, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2012, 256 MW médios. Em 31.12.2018, o saldo remanescente do contrato é de R$ 12.096.958 (R$ 12.203.616 em 31.12.2017).

b) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em 31.12.2018, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 308 (R$ 323 em 31.12.2017).

c) Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2018, o saldo a realizar do contrato é de R$ 807.890 (R$ 824.936 em 31.12.2017).

d) Repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no ACR. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2018, é de R$ 25.481 (R$ 24.561 em 31.12.2017).

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	PASSIVO		
	Fornecedor		
	Energia	Outros	Dividendos
31.12.2018			
EBE	-	725	-
	-	**725**	**-**
31.12.2017	**3.860**	**70**	**25.204**

	Receita Suprimento de energia	Custo Compra de energia	Despesa Serviços de terceiros
31.12.2018			
EBC	-	1.453	-
EBE	28.514	39.969	8.539
Lages Bioenergética Ltda.	2.244	6.058	-
	30.758	**47.480**	**8.539**
31.12.2017	**12.633**	**35.689**	**8.326**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; e (ii) serviços de operação e manutenção da usina. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compra e venda de energia

A CEE possui contrato de compra de energia com a EBC, com o objetivo de recompor as perdas que ocorrem desde a geração até a interligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN), no montante de 9 MW médios, cuja vigência é de 01.01.2012 a 31.12.2041 e a atualização se dá pelo IPCA. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2018 é de R$ 449.843.

Cabe ressaltar, que no decorrer de 2018, a Companhia firmou contratos de compra de energia de curto prazo com partes relacionadas, com o propósito de gerenciamento de seu portfólio de energia. Estes contratos foram realizados em condições e por preços condizentes aos praticados no mercado.

d) Operação e manutenção

A Companhia, por intermédio do Ceste, possui contrato com a ENGIE Brasil Energia, para serviços de operação e manutenção da UHE Estreito, com término em 28.04.2025, através do qual a ENGIE Brasil Energia se obriga a operar e efetuar as manutenções dos ativos do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base em um mix dos índices IPCA (20%) e INPC (80%) e o saldo dos compromissos futuros, em 31.12.2018, é de R$ 170.839 (R$ 185.523 em 31.12.2017).

e) Garantias

A controladora ENGIE Brasil Energia é interveniente nos contratos de financiamento firmados pela Companhia com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES), cedendo como garantia a totalidade das ações de emissão da CEE de sua propriedade. O valor total da dívida, em 31.12.2018, é R$ 996.399 (R$ 1.084.909 em 31.12.2017). Também relativo à este contrato de financiamento, a controladora emitiu carta fiança, na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações decorrentes do contrato.

f) Avais e fianças

A Companhia tem sua controladora, ENGIE Brasil Energia, como avalista no contrato de Custo do Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico, no valor de R$ 7.087, com vencimento em 02.09.2019.

NOTA 23 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2019 e o valor de cobertura é de R$ 1.429.636 relativa a danos materiais e R$ 242.919 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2018, da Companhia Energética Estreito S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Diretor Presidente e Administrativo e Financeiro

José Luiz Jansson Laydner
Direto Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 -
sala 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Estreito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Estreito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Estreito em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 26 de abril de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.